

Diplomas legais em destaque

[Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro](#)

Estabelece um regime excecional e temporário de simplificação administrativa e financeira destinado à reconstrução e reabilitação de património e das infraestruturas localizadas nos concelhos afetados pela tempestade «Kristin».

[Decreto-Lei n.º 40-B/2026, de 12 de fevereiro](#)

Aprova um regime excecional e temporário de isenção do pagamento de taxas de portagem para o apoio à mobilidade nas zonas afetadas pela tempestade «Kristin».

[Portaria n.º 86-A/2026/1, de 20 de fevereiro](#)

Regulamenta os apoios extraordinários conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026, de 3 de fevereiro, que fixa o regime de apoios financeiros decorrentes da situação de calamidade provocada pela tempestade «Kristin», nos termos do seu anexo I, alínea a), subalínea ii), e do capítulo III do anexo II.

[Portaria n.º 87/2026/1, de 23 de fevereiro](#)

Regulamenta o regime excecional de atualização extraordinária do preço dos contratos, com duração plurianual, em resultado do impacto da atualização da remuneração mínima mensal garantida para 2026.

[Portaria n.º 88/2026/1, de 23 de fevereiro](#)

Determina os valores dos coeficientes de revalorização a aplicar na atualização das remunerações anuais.

[Lei n.º 6/2026, de 24 de fevereiro](#)

Interpreta o previsto no artigo 204.º da Lei do Orçamento do Estado para 2026 (LOE2026 – aprovada pela Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro), clarificando o regime de suspensão de cobrança de taxas de portagem aos veículos pesados que utilizam a A41.

Assim, por força desta norma interpretativa, a expressão «veículos pesados» prevista nos n.ºs 2 e 3 do artigo 204.º da LOE2026, deve ser interpretada por forma a abranger todos os veículos pesados incluídos nas classes 3 e 4 do sistema de tarifas de portagem previsto na Base 48 do Decreto-Lei n.º 392-A/2007, de 27 de dezembro, na Base LVII-D do Decreto-Lei n.º 189/2002, de 28 de agosto, e na Base 59 do Decreto-Lei n.º 380/2007, de 13 de novembro.

[Lei n.º 8/2026, de 25 de fevereiro](#)

Processo extraordinário de recuperação de pendências das juntas médicas de avaliação de incapacidade.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2026, de 26 de fevereiro](#)

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-B/2026, de 3 de fevereiro, que cria linhas de crédito para apoio à reconstrução das zonas afetadas pela tempestade «Kristin», reforçando a «Linha de crédito à tesouraria».

[Declaração de Retificação n.º 9-A/2026/1, de 2 de março](#)

Retifica a Portaria n.º 482-B/2025/1, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 251, suplemento, de 31 de dezembro de 2025, que procedeu à décima alteração da Portaria n.º 54-A/2023 e da Portaria n.º 54-C/2023, de 27 de fevereiro, e à terceira alteração da Portaria n.º 360/2024/1 e da Portaria n.º 362/2024/1, de 30 de dezembro, no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal).